



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de **Gêneros Alimentícios**, para atender a necessidade da
Gêrencia de Saúde Mental, pelo período de 1 (um) ano;

1.2. Requisitesantes: Gerência de Saúde Mental;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, nos termos da
Lei nº 14.133/21;

1.4. Tipo: Menor preço global por lote, nos termos da Lei nº. 14.133/21;

1.5. Prazo: 1 (um) ano a contar da data da assinatura da Ata de Registro;

1.6. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TOTAL
LOTE 1 – HORTIFRUTIGRANJEIRO				
1	463819	AGRIÃO	KG	62
2	463833	ALFACE LISA	KG	266
3	463832	ALFACE CRESPA	KG	214
4	463836	ALFACE ROXA	KG	214
5	463882	CHEIRO VERDE - CEBOLINHA	KG	155
6	463930	CHEIRO VERDE - SALSA	KG	155
7	463898	HORTELÃ	KG	72
8	463837	BRÓCOLIS	KG	240
9	463822	COUVE MANTEIGA	KG	193
10	463938	ALHO	KG	760



11	463781	CEBOLA	KG	714
12	463809	PIMENTÃO VERDE	KG	176
13	463795	AIPIIM/MANDIOCA	KG	426
14	467346	ABÓBORA MADURA	KG	852
15	463749	ABOBRINHA ITALIANA	KG	321
16	463760	BATATA BAROA	KG	237
17	463753	BATATA DOCE	KG	294
18	463754	BATATA INGLESA	KG	1670
19	463767	BETERRABA	KG	232
20	463770	CENOURA	KG	694
21	463778	CHUCHU	KG	492
22	463831	COUVE-FLOR	KG	384
23	463824	ESPINAFRE	KG	143
24	463789	INHAME	KG	486
25	463796	PEPINO	KG	238
26	4811121	REPOLHO VERDE	KG	352
27	463829	REPOLHO ROXO	KG	211
28	481106	TOMATE (SALADA)	KG	684
29	481123	VAGEM MANTEIGA	KG	358
30	467374	ABACAXI	KG	240
31	464380	BANANA D'ÁGUA	KG	1312
32	464381	BANANA PRATA	KG	1408
33	464388	CAQUI	KG	219



34	464392	GOIABA VERMELHA	KG	408
35	464394	LARANJA LIMA	KG	312
36	464396	LARANJA SELETA	KG	359
37	464398	LIMÃO BRANCO TAITI	KG	164
38	258252	MAÇÃ NACIONAL	KG	902
39	464405	MAMÃO FORMOSA	KG	686
40	464404	MAMÃO PAPAIA	KG	739
41	464418	MELANCIA	KG	928
42	464425	PÊRA	KG	506
43	464436	TANGERINA PONKAN	KG	584
44	464438	UVA ITÁLIA	KG	231
45	464439	UVA ROSADA	KG	291
46	466549	AMEIXA NACIONAL	KG	197
47	464393	LARANJA PERA	KG	385
48	464410	MANGA ROSA	KG	513
49	464422	MELÃO	KG	490
50	446618	OVO, GALINHA EXTRA, CLASSE A, BRANCO, ACONDICIONADO EM CAIXA COM UMA DÚZIA, PERFAZENDO NO MÍNIMO 720g.	DZ	1316
LOTE 2 – LATICÍNIOS				
51	446704	IOGURTE DE FRUTAS (SORTIDO) - EMBALAGEM C/ NO MÍNIMO 900G	UNIDADE	1398
52	446384	MANTEIGA COM SAL - EMBALAGEM C/ NO MÍNIMO 200G	POTE	746



53	425288	REQUEIJÃO CREMOSO TRADICIONAL, EM EMBALAGEM ORIGINAL COM 200G. ISENTA DE GORDURAS TRANS.	UNIDADE	237
54	446649	QUEIJO PARMESÃO RALADO - EMBALAGEM C/ 100G	UNIDADE	248
55	446636	QUEIJO MUSSARELA FATIADO	KG	292
56	446661	QUEIJO MINAS FRESCAL	KG	626
LOTE 3 – CEREAIS / ESTOCÁVEIS				
57	463699	MARGARINA COM SAL E GORDURAS TRANS. - EMBALAGEM C/ 500G	EMBALA GEM	680
58	458904	ARROZ POLIDO AGULHINHA - LONGO FINO TIPO 1 - EMBALAGEM C/ 5KG	UNIDADE	864
59	564552	FEIJÃO PRETO - TIPO 1 - EMBALAGEM C/ 1KG	UNIDADE	2371
60	464562	FEIJÃO FRADINHO - TIPO 1 - EMBALAGEM C/ 1KG	UNIDADE	618
61	463690	MILHO PARA CANJICA BRANCA - EMBALAGEM C/ 500G	PACOTE	257
62	459072	CANJIQUELHA MILHO AMARELA PURA - EMB. 1 KG	UNIDADE	307
63	470688	FUBÁ DE MILHO - EMBALAGEM C/ 1KG	KG	307
64	458918	FARINHA DE MESA FINA (OU DE MANDIOCA) - CRUA, FINA, TIPO 1 - EMBALAGEM C/ 1KG	KG	570
65	459586	FERMENTO QUÍMICO - EMBALAGEM C/ 100G	UNIDADE	146
66	465332	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL E SEM FERMENTO - EMBALAGEM C/ 1KG	KG	490
67	626330	FARINHA PARA QUIBE - EMBALAGEM C/ 500 G	UNIDADE	355
68	458960	MASSA TALHARIM - EMBALAGEM C/ 500G	PACOTE	512
69	463699	MASSA DE ESPAGUETE - EMBALAGEM C/ 500G	PACOTE	812
70	458980	MASSA PARAFUSO - EMBALAGEM C/ 500G	PACOTE	812



71	232930	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER - EMBALAGEM COM 400G - ISENTA DE GORDURA TRANS.	PACOTE	1824
72	232236	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - EMBALAGEM C/ 400G - ISENTA DE GORDURAS TRANS.	PACOTE	1344
73	402544	BISCOITO DOCE ROSQUINHA ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE NO MÍNIMO DE 350G - ISENTA DE GORDURA TRANS.	UNIDADE	1404
74	463692	ÓLEO DE SOJA - EMBALAGEM C/ 900ML	UNIDADE	1148
75	462824	MILHO VERDE EM CONSERVA - EMBALAGEM C/ 200G	PACOTE	283
76	461092	SAL REFINADO - EMBALAGEM C/ 1KG	UNIDADE	346
77	463997	AÇÚCAR REFINADO / EMBALAGEM COM 1 KG	PACOTE	2.237
78	469670	EXTRATO DE TOMATE - EMBALAGEM COM 350G	LT	712
79	269223	VINAGRE DE VINHO TINTO - EMBALAGEM C/ 750ML	UNIDADE	168
80	217096	VINAGRE, ÁLCOOL - EMBALAGEM C/ 750ML	UNIDADE	408
81	463593	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - EMBALAGEM C/ 500G	UNIDADE	1142
82	460501	AVEIA EM FLOCOS FINOS - EMBALAGEM C/ 170G	UNIDADE	539
83	463556	CHOCOLATE EM PÓ - EMBALAGEM C/ 500G	UNIDADE	661
84	459077	AMIDO DE MILHO PURO - EMBALAGEM C/ 500G	UNIDADE	722
85	407523	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO - EMBALAGEM C/ 100 ML	UNIDADE	208
86	279329	FÓSFORO CX C/ 40 PALITOS - PCT. C/ 10 CAIXAS	PACOTE	180
87	563916	ORÉGANO DESIDRATADO - EMBALAGEM C/ 250G	UNIDADE	155
88	460486	PALMITO INTEIRO EM CONSERVA - EMBALAGEM C/ 500G	UNIDADE	216
89	462684	PÊSSEGO EM CALDA - EMBALAGEM COM 450 GRAMAS	UN	168



90	464758	SUCO CONCENTRADO DE CAJU - EMBALAGEM C/ 500 ML	GF	584
91	464751	SUCO CONCENTRADO DE MARACUJÁ - EMBALAGEM C/ 500 ML	GF	654
92	464755	SUCO CONCENTRADO DE UVA - EMBALAGEM C/ 500 ML	GF	654
93	459658	MAIONESE - EMBALAGEM C/ 500G	UNIDADE	429
94	464574	LENTILHA - EMBALAGEM C/ 500G	UNIDADE	122
95	463904	LOURO DESIDRATADO EM FOLHAS - EMBALAGEM C/ NO MÍNIMO 250G	UNIDADE	129
96	312777	LEITE CONDENSADO - EMBALAGEM C/ NO MÍNIMO 395G	LT	635
97	464012	LEITE DE COCO - EMBALAGEM COM 200ML	UNIDADE	284
98	459663	CATCHUP - EMBALAGEM C/ 400G	FRASCO	168
99	256089	CHÁ DE CAMOMILA - CX C/ 10 SACHÊS	CAIXA	472
100	256088	CHÁ DE ERVA CIDREIRA - CX C/ 10 SACHÊS	CAIXA	472
101	401735	CHÁ DE ERVA DOCE - CX C/ 10 SACHÊS	CAIXA	460
102	462823	ERVILHA EM CONSERVA - EMBALAGEM C/ 200G	LT	302
103	462678	GOIABADA (DOCE) - EMBALAGEM C/ 1KG	KG	546
104	463698	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM - LATA/VIDRO C/ 500 ML	UNIDADE	475
105	446019	LEITE EM PÓ INTEGRAL, INSTANTÂNEO, EMBALAGEM C/ NO MÍNIMO 400G. O PRODUTO DEVERÁ TER BOA SOLUBILIDADE.	UNIDADE	2.220
106	237916	COCO RALADO - EMBALAGEM C/ 100G	UNIDADE	372
107	462601	CREME DE LEITE - EMBALAGEM C/ 300G	LT	635
108	446535	DOCE DE LEITE - EMBALAGEM C/ 400G	LT	455
LOTE 4 – CARNE				



109	447384	ACÉM MOÍDO/PICADO	KG	769
110	447493	BUCHO BOVINO	KG	24
111	447733	CARNE SECA (FATIADA)	KG	88
112	447741	COSTELA SUÍNA SALGADA	KG	46
113	447429	COXÃO MOLE (CHÃO EM BIFE)	KG	780
114	447487	FÍGADO BOVINO (BIFE)	KG	48
115	447442	LAGARTO PLANO	KG	532
116	447715	LINGUIÇA FINA DE PORCO	KG	168
117	449182	LINGUIÇA CALABRESA	KG	336
118	480968	LINGUIÇA DE PERNIL	KG	172
119	449182	LINGUIÇA PAIO	KG	118
120	447871	LOMBO SUÍNO (BIFE)	KG	1184
121	447744	LOMBO SUÍNO SALGADO	KG	84
122	444782	MORTADELA FATIADA	KG	62
123	447496	MÚSCULO BOVINO (CUBO)	KG	1188
124	447450	PATINHO BOVINO (BIFE)	KG	1992
125	447395	PEITO BOVINO	KG	84
126	447597	PEITO DE FRANGO (COM OSSO)	KG	383
127	447595	PEITO DE FRANGO (SEM OSSO)	KG	1232
128	447793	PEITO DE PERU FATIADO	KG	62
129	448897	PEIXE (FILE DE MEDUSA)	KG	1117
130	447525	PERNIL SUÍNO (SEM OSSO)	KG	492
131	447774	PRESUNTO SEM CAPA DE GORDURA (FATIADO)	KG	338



132	447720	SALSICHA TIPO HOT DOG	KG	262
133	447632	SOBRECOXA DE FRANGO	KG	2226
134	447666	TOUCINHO DEFUMADO BACON	KG	182

1.7. O objeto desta contratação se enquadra como sendo bem comum, e não bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746 de 29 de setembro de 2022;

1.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021;

1.9. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade constante, utilizado frequentemente dentro da unidade de saúde, sendo a vigência anual mais vantajosa para Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

2.2. Trata-se de um material indispensável e essencial à rotina das unidades de saúde. A aquisição do objeto irá compor com o estoque de Gêneros Alimentícios, como Hortifrutigranjeiro, Laticínios, Cereais Estocáveis e Carne, itens necessários para a alimentação dos usuários das unidades e de seus diversos funcionários que desenvolvem as diversas ações de saúde das unidades. Diante disto, a Secretaria Municipal de Saúde no intuito de garantir todos os requisitos mínimos de Infraestrutura, e de preservar os direitos de todos os que utilizam as unidades, faz-se necessária a aquisição dos itens que irão compor o estoque de Gêneros Alimentícios;

2.3. Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como os quantitativos dos objetos solicitados, foram indicadas pelas equipes técnicas das unidades de saúde, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Aquisição, sob demanda, de Gêneros Alimentícios, para atender a necessidade da Gerência de Saúde Mental, pelo período de 1 (um) ano;

3.2. Trata-se de um objeto indispensável e essencial à rotina das unidades de saúde. A aquisição irá compor com o estoque de Gêneros Alimentícios, como Hortifrutigranjeiro,



Laticínios, Cereais Estocáveis e Carne, itens necessários para a alimentação dos usuários das unidades e de seus diversos funcionários que desenvolvem as diversas ações de saúde das unidades. Diante disto, a Secretaria Municipal de Saúde no intuito de garantir todos os requisitos mínimos de Infraestrutura, e de preservar os direitos de todos os que utilizam as unidades, faz-se necessária a aquisição dos itens que irão compor o estoque de Gêneros Alimentícios;

3.3. A aquisição a contratar é enquadrada como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado;

3.4. Quanto à adoção do critério de julgamento de menor preço global por lote, para a aquisição de Gêneros Alimentícios, a Administração entende por adequada a escolha considerando presumida inconveniência de a Administração possuir vários fornecedores, com maior probabilidade da ocorrência de transtornos referentes as entregas separadas, descontínuas e não sincronizadas, que em nada contribuem para o alcance do interesse público. Complementamos os argumentos desta Administração no sentido da inconveniência da contratação de inúmeros fornecedores no controle/fiscalização de diversos pedidos e datas de entrega, fatos passíveis de ocasionar prejuízo aos destinatários dos produtos, neste caso, as pessoas atendidas nas unidades de saúde.;

3.5. Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes;

3.6. Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, via registro de preço, pelo critério de julgamento do tipo menor preço global por lote.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta dos itens/grupos originados da produção de agricultores familiares, das suas organizações, de empreendedores familiares rurais e dos demais beneficiários da Lei n. 11.326, de 2006;



4.1.2. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 986/1969;

4.1.3. Para os produtos de origem animal: o estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA);

4.1.4. Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020, da ANVISA e Instrução Normativa nº 75, de 8 de outubro de 2020 da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 326, de 03 de dezembro de 2019, da ANVISA) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9.832/1999);

4.1.5. Quanto aos aditivos alimentares, os gêneros alimentícios devem observar a RDC nº 239, de 26 de julho de 2018, da ANVISA;

4.2. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

4.3. Aceitar o controle/análise de qualidade dos produtos, realizada pelas unidades requisitante;

4.4. Fornecer os produtos descritos com rapidez e eficiência;

4.5. Entregar os produtos contendo em sua embalagem, rótulo para conferência, com data de fabricação, validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, e/ou vida útil, aos itens aplicáveis;

4.6. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), não cabe para o objeto do presente;

4.7. Exigência de amostra, não cabe para o objeto do presente;

4.8. Da vedação de contratação de marca/produto, não cabe para o objeto do presente;

4.9. Exigência de carta de solidariedade, não cabe para o objeto do presente;

4.10. Exigência de garantia de contratação, não cabe para o objeto do presente;

4.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. EXECUÇÃO CONTRATUAL



5.1. O prazo de entrega do objeto é de no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, sob demanda, conforme conveniência e necessidade da unidade requisitante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.3. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto nos locais e horário arrolados abaixo:

5.3.1. CAPS I – Av. Julio Antônio Thurler, 431 – Olaria – Nova Friburgo/RJ – CEP: 28620-000. De segunda-feira a sexta-feira nos horários de 09:00h às 16:00h;

5.3.2. CAPS III – Rua Padre Roberto Saboia de Medeiros, 24B – Centro – Nova Friburgo/RJ. De segunda-feira a sexta-feira nos horários de 09:00h às 16:00h;

5.3.3. CAPS AD – Av. Comte Bittencourt, 142 – Centro – Nova Friburgo/RJ. CEP: 28625-000. De segunda-feira a sexta-feira nos horários de 09:00h às 16:00h;

5.3.4. RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS:

5.3.4.1. RT 1 – Rua São Roque, 240 – Olaria – Nova Friburgo/RJ – De segunda-feira a sexta-feira nos horários de 09:00h às 16:00h.

5.3.4.2. RT 2 – Rua Sinder, 75 – Chácara do Paraíso – Nova Friburgo/RJ – De segunda-feira a sexta-feira nos horários de 09:00h às 16:00h.

5.3.4.3. RT 3 – Rua Lair Rocha Turque, 71 – Chácara do Paraíso – Nova Friburgo/RJ – De segunda-feira a sexta-feira nos horários de 09:00h às 16:00h.

5.3.4.4. RT 4 – Rua Hormindo da Silva, 202 – Lagoinha – Nova Friburgo/RJ – De segunda-feira a sexta-feira nos horários de 09:00h às 16:00h.

5.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser



substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.6. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa



responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21;

6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor, gestor substituto, fiscal, e fiscal substituto;

6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução



do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão;

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS

7.1. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224 SALA 221 – CENTRO – NOVA FRIBURGO/RJ – CEP 28613-001;**

7.2. Liquidação da Despesa:

7.2.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.3. Pagamento da Despesa:

7.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

7.3.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

7.3.1.2. Fazenda Federal – Abrange as contribuições sociais;

7.3.1.3. FGTS;



7.3.1.4. PGE – Referente à Dívida Ativa Estadual;

7.3.1.5. Municipal – Referente ao ISS e Dívida Ativa;

7.3.1.6. Estadual CND – Referente ao ICMS;

7.4. A Nota Fiscal deverá conter identificação do Banco, número da agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.4.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.4 deste Termo de Referência;

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);



8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada;

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica:

8.12.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



8.12.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.1.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.12.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.12.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

8.12.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos



da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

8.12.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Na-



cional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revo-



gar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



$$\begin{array}{lcl} & & \text{Ativo Circulante +} \\ & & \text{Realizável a Longo} \\ \text{LG} & & \text{Prazo} \\ = & \frac{\quad}{\quad} & \\ & & \text{Passivo Circulante +} \\ & & \text{Passivo Não Circulante} \\ \\ & & \text{Ativo Total} \\ \text{SG} & \frac{\quad}{\quad} & \\ = & & \text{Passivo Circulante +} \\ & & \text{Passivo Não Circulante} \\ \\ & & \text{Ativo} \\ \text{LC} & \frac{\quad}{\quad} & \text{Circulante} \\ = & & \text{Passivo} \\ & & \text{Circulante} \end{array}$$

8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou



privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.3 - Cópia da **Licença Sanitária Estadual ou Municipal**, para a atividade desenvolvida pela empresa.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Da Contratada:

9.1.1. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

9.1.2. Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

9.1.3. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

9.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;



9.1.6. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

9.1.7. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

9.1.8. Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

9.1.9. A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

9.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

9.1.11. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

9.1.12. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

9.1.13. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2. Da Contratante:

9.2.1. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

9.2.2. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

9.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;



9.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

9.2.5. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

9.2.7. Prestar à Contratada, informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

9.2.8. Demais condições constantes do edital de licitação.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Descumprimento, por parte da Contratada, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21;

10.2. Comete infração administrativa:

10.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



10.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

10.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.4. Com fulcro no artigo 156 da Lei 14.133/21, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

10.4.1. Advertência;

10.4.2. Multa;

10.4.2.1. Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.4.2.2. Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.4.2.3. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.4.2.4. Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 3 (três) anos;

10.5. Impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;



10.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.7. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.8. As sanções de multas aqui previstas podem ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.9. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.008.981,50 (um milhão, oito mil, novecentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidades	Programa de Trabalho	Fonte de Recurso	Natureza de Despesa
Gerência de Saúde Mental	30001.10.302.0083.2.198	1600	33.90.30.15

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS



13.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

13.2. Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica das unidades requisitantes desta Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo/RJ, 23 de agosto de 2024.

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Mat. 063.036

APOIO TÉCNICO:

Flávia Pinheiro Teixeira

Gerente de Saúde Mental

Mat.: 112.098

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

GABRIEL COSTA WENDERROSCHY
Secretário Municipal de Saúde
Mat. 063.454